

2.

Caracterização do Problema de Gettier

2.1.

O problema filosófico do conhecimento

É quase impossível iniciar qualquer dissertação ou tese que verse sobre a questão filosófica do conhecimento sem citar a afirmação clássica de Aristóteles no início do livro primeiro da *Metafísica*: “Todos os homens por natureza desejam conhecer.”¹ O que é ali apontado é a propensão natural compartilhada por todos os homens para o conhecimento do mundo multifacetado que os rodeia.

Evidentemente o conhecimento do ambiente circundante representa uma condição indispensável para a própria sobrevivência do homem. Saber onde se escondem os predadores, quais são os animais peçonhentos ou mesmo saber distinguir entre plantas comestíveis e ervas venenosas pode constituir a diferença entre continuar vivendo e morrer. Em muitos casos, tal gênero de conhecimento não se distingue substancialmente daquele aprendizado manifestado frequentemente nos animais irracionais.

Não se poderia negar a esse saber prático a alcunha de conhecimento, pois assim como o mesmo Aristóteles admitia que o ser pudesse ser dito de diversas formas e sentidos, o conhecimento também poderia se apresentar sob diversas vestes. É o que o filósofo parece indicar logo depois, ainda no início do primeiro livro da *Metafísica*, afirmando que o interesse humano no conhecimento vai além da utilidade imediata e assume a forma de um saber desinteressado. Assim, ainda que nenhuma ação seja visada, o uso dos sentidos nos agrada por ele mesmo.

Podemos observar o mundo que nos cerca sem exatamente acalantar o desejo de perpetrar uma ação qualquer. Podemos observá-lo pelo simples prazer ocioso de conhecê-lo. A esse gênero de ociosidade também corresponderá respectivamente um sentido diferente de conhecimento. Este não se definirá por suas virtudes práticas,

¹ARISTÓTELES, 1952, p.499. Tradução minha. Todas as traduções para o português de citações em língua estrangeira utilizadas doravante são de minha autoria, salvo quando indicado em contrário nas referências bibliográficas contidas ao final desta tese.

mas por uma tendência a compreender o mundo pelo prazer da compreensão em si mesma.

A característica mais imediatamente constatável da filosofia é sua preocupação com o gênero de conhecimento descrito acima. Ao mesmo tempo em que, em sua definição, a filosofia se incumbe a si mesma da árdua tarefa do “amor à sabedoria”, ela encara esta última a partir de uma interpretação precipuamente não-prática. Embora não negue o valor próprio daquilo que é conhecido por amor à ação, a filosofia toma como o sentido mais próprio do conhecimento aquilo que é conhecido por si mesmo. Segundo a filosofia, o ato de conhecer é, para o conhecimento, seu objetivo mais alto e seu próprio prêmio.

Embora a filosofia tenha se definido em termos de um saber que tem em si mesmo seu fim, permanecia a questão de como alcançar esse saber ou de quando estamos de posse dele. Pode-se certamente aproveitar, ociosa e recreativamente, as imagens e percepções fornecidas pelos sentidos sem aí perguntar-se sobre sua acuidade. Nesses momentos, pouco importa se uma sombra parece um homem sem vê-lo. Mas se a filosofia é uma atividade que tem parentesco com esse olhar ocioso, ela também não se resume a ele. Sua semelhança se radica e termina no fato de não exigir do ato de conhecer uma utilidade imediata. Poucos, entretanto, poderiam chamar de conhecimento a visão equivocada de um homem numa sombra.

O saber pode valer por si mesmo, mas somente se corresponde à realidade. A filosofia então não é uma atividade mental meramente recreativa e sem rédeas, mas uma atividade ao mesmo tempo livre dos constrangimentos da necessidade material e atada às necessidades da adequação do pensamento ao real. Dessa forma, a filosofia tomou para si historicamente a tarefa da busca incessante de caminhos que conduzissem infalivelmente o homem ao paraíso do conhecimento verdadeiro.

Não obstante, se é possível afirmar que há conhecimento prático, é porque nele se encontram elementos de verdade. Há correspondência de alguma ordem entre o que se pensa ser o real e o real ele mesmo. Por outro lado, é também possível confiar num saber prático qualquer e ainda assim admitir que se ignorem quase totalmente os fundamentos mais básicos das constantes que ligam os fenômenos. Não é preciso saber qual a razão última do movimento solar para se esperar um amanhecer. Nem

mesmo é necessário ter uma noção correta dessa razão. O conhecimento prático é compatível com a absoluta falsidade das premissas que supostamente o sustentariam.

Contudo, têm-se intuitivamente a impressão de que é insuficiente o conhecimento operacional fornecido pelo saber prático e de que só há conhecimento verdadeiro de algo se não houver qualquer possibilidade de erro. A impossibilidade do erro só pode ser alcançada quando se encontram as razões últimas das coisas. E tal saber liga-se precipuamente àquele olhar que não procura na coisa observada mais do que ela mesma e suas causas. O olhar livre da necessidade material imediata se desloca na direção da busca por um saber que revele as estruturas fundamentais que tornam os fenômenos aquilo que eles são.

O movimento que caracteriza o saber teórico é fundamentalmente aquele da redução da multiplicidade à unidade. Diante da vastidão vertiginosa dos seres que compõem o cenário deste mundo, o filósofo busca encontrar princípios limitados numericamente dos quais se possam derivar o comportamento constante de todos os eventos que testemunha. O conhecimento teórico, o conhecimento verdadeiro, será a reunião de diversos fenômenos, ainda que separados no tempo e no espaço, sob um conjunto limitado de leis gerais e fundamentais.

O processo de compreensão teórica do mundo é uma incessante discriminação entre o essencial e o accidental, o universal e o particular, o geral e o caso concreto, o gênero e a espécie, ou seja, entre aquilo que é a razão da coisa e a coisa que exemplifica a razão. Todo o desafio do entendimento racional é unir os sinais separados no tempo e no espaço em um todo coerente sob leis gerais que de fato assimilem a natureza última desses sinais.

Contudo, um saber prático é supostamente capaz de fornecer bases suficientemente seguras para a ação humana mais imediata. De fato, historicamente, artefatos, utensílios, instrumentos e até mesmo maquinaria pesada foram inventados e utilizados muito antes que surgissem quaisquer teorias para explicar-lhes o funcionamento. Ao que parece, nesses casos, a necessidade criou o instrumento e a prática guiou seu aperfeiçoamento num processo de tentativa e erro sem que considerações acerca dos fundamentos últimos dos fenômenos envolvidos fossem sequer cogitadas.

Além disso, a perspectiva prática livraria o homem da incômoda herança de uma sucessão interminável de teorias, hipóteses e escolas de pensamento conflitantes e inconciliáveis entre si que a história do pensamento teórico parece nos legar. Poder-se-ia continuar a criar teorias como se criam instrumentos e ferramentas, medindo sua eficácia na lida direta com os problemas concretos e aperfeiçoando-os segundo os resultados de seus desempenhos. Não há impedimentos para que se continue a construir escadas novas, adequadas à altura que se quer alcançar. Nem mesmo é necessário abandoná-las após o uso. É preciso somente que se mantenha nítido seu caráter meramente instrumental e não se pretenda medir o mundo pela altura das escadas.

É absolutamente inegável que boa parte das atividades humanas pode ser encarada a partir desse prisma sem risco de qualquer empobrecimento ou estagnação. Em muitas áreas, é justamente a consciência da falibilidade e dos limites de qualquer teoria frente à complexidade apresentada em um determinado campo que exige a modéstia teórica do pragmatismo. Nesses campos, apesar da proliferação de estudos ornados de gráficos e equações matemáticas, a visão adotada está longe daquela de um saber rigoroso e infalível acerca da natureza das coisas. Seu caráter está mais próximo do esquema da tentativa e erro controlado sempre pela consideração atenta dos resultados favoráveis ou desfavoráveis. As áreas de pesquisas científicas que se dedicam à criação e aperfeiçoamento de técnicas, aparelhos, procedimentos, maquinaria e instrumentos em geral indubitavelmente têm suas atividades girando em torno de objetivos exclusivamente práticos. Em tais setores o que importa são bons resultados no incremento da adequação dos instrumentos a situações e contextos bem determinados.

Apesar de atraente, essa perspectiva instrumentalista apresenta dificuldades em alguns pontos importantes. Primeiramente, ela subestima o valor prático do aspecto teórico na motivação da pesquisa. A admissão da impossibilidade de determinação da verdade das teorias representaria, para boa parte dos pesquisadores, a perda de seu incentivo para o prosseguimento em seus programas. Deve-se lembrar ainda que os usos práticos são, em geral, produtos não intencionais de teorias que foram propostas como soluções verdadeiras para problemas teóricos reais.

Em segundo lugar, o viés eminentemente tecnológico-prático de parte da ciência contemporânea é um fenômeno recente que somente pôde se dar graças a um cenário anterior dominado pela pesquisa dirigida por ideais tradicionais de valorização do conhecimento em si mesmo. E em terceiro lugar, a complexidade da tecnologia produzida na contemporaneidade torna o instrumentalismo cada vez menos satisfatório como resposta ao problema do conhecimento. Isso se dá porque essa tecnologia que produz satélites, ônibus espaciais, celulares, *ipods*, computadores e telescópios intergaláticos exige um substrato teórico tal que não permite que se tratem tão facilmente as entidades postuladas pelas teorias como meras fantasias ou conceitos operacionais.

É quase impossível afirmar que a destruição produzida pela fissão de um átomo se produza sem que realmente exista uma partícula que denominamos pelo termo *átomo*. Este não é um conceito operativo somente, uma vez que é absurda a ideia da geração de uma energia suficiente para destruir cidades inteiras através somente da invenção de uma palavra. Desse ponto de vista, é a própria tecnologia, cujos objetivos são inegavelmente práticos, que exige uma postura mais realista acerca das teorias que a sustentam.

Por fim, nenhum saber prático, científico ou não, pode prescindir de pressupostos teóricos. Ninguém caça se não pressupuser a realidade da presa que ainda não tem sob o alcance imediato de suas faculdades cognitivas. Ninguém formula objetivos práticos sem afirmar a existência de leis naturais, sem postular o caráter disposicional da observabilidade, constância e invariabilidade pregressa e futura das características e do comportamento dos objetos.

No entanto, tais razões parecem não ser muito convincentes quando um perquiridor honesto se depara com o complexo espetáculo do conflito de ideias e teses que constitui a história da filosofia. Não será surpresa se a confusão e o temor dele se apossarem. Confusão pela gama vertiginosa de argumentos aventados em defesa das teorias mais diversas e temor pela possibilidade de resolução de tais conflitos. É humanamente impossível travar conhecimento, estudar e responder adequadamente a todos os argumentos e teses que já foram propostos durante a longa e tortuosa história do ocidente. Parece improvável que se consiga resolver mesmo os impasses mais centrais e tradicionais. A dificuldade do empreendimento filosófico

torna vívida a impressão de que nenhuma conclusão segura pode ser alcançada por meios racionais e reforça a suspeita de que nada pode ser conhecido.

A divergência entre as inúmeras escolas filosóficas foi sempre o argumento mais forte daqueles que negaram qualquer possibilidade de conhecimento teórico definitivo e seguro. Talvez toda essa discordância indique que nenhum critério evidente e acima de qualquer dúvida exista para discernir o verdadeiro do falso. O fantasma do ceticismo parece acompanhar qualquer um que se disponha a investigar honestamente a questão do conhecimento.

Todavia, negar qualquer conhecimento significa dizer que absolutamente não sabemos por que um celular ou um satélite funciona. É sustentar que nada sabemos de um mundo cuja face transformamos o suficiente para criar cidades, energia elétrica, computadores e naves espaciais. A afirmação de que o homem nada sabe comparado aos mistérios que o universo apresenta é uma forma inócua e trivial de lembrar a dimensão da ignorância na qual ainda vivemos. Algo bem diferente é defender que nenhum conhecimento é possível.

A fim de evitar a flagrante contradição de um dogmatismo negativo, ou seja, a negação da possibilidade de todo e qualquer conhecimento, alguns céticos passaram a afirmar apenas a sua incapacidade de encontrar critérios indutíveis e evidentes para decidir as disputas filosóficas. Assim, a possibilidade de que tal critério seja encontrado um dia é preservada e, ao mesmo tempo, se admite uma regra de ação no mundo baseada na simples aparência divorciada da afirmação de verdades últimas sobre os fenômenos. O ceticismo, entretanto, ainda que dissociado do dogmatismo negativo, apresenta dificuldades teóricas que o tornam uma posição historicamente marginal na filosofia.

As dificuldades teóricas e questões filosóficas apenas ventiladas até aqui foram evocadas, não para serem resolvidas no exíguo espaço de uma introdução, mas sim pelo fato de que elas estarão presentes sob diversos aspectos e formulações no corpo inteiro da presente tese. Elas constituem o pano de fundo de tudo aquilo que será apresentado e desenvolvido. Os problemas da determinação da natureza do conhecimento, de sua possibilidade, dos seus limites intrínsecos e extrínsecos, das relações entre suas pretensões práticas e as suas pretensões teóricas serão temas recorrentes nesta investigação.

O problema que motiva e dá ocasião a este trabalho acadêmico é o questionamento das bases de um aparente consenso em torno do conceito de conhecimento como crença verdadeira justificada no mundo filosófico anglo-saxão do século passado. O responsável por esse abalo foi um artigo curto de autoria de um obscuro acadêmico americano chamado Edmund Gettier, cujo nome passou a ser associado ao problema filosófico que descobriu. A magnitude da polêmica que se instalou após a publicação do referido artigo não tem paralelo na história da filosofia recente e se prolonga até os dias atuais.

Na seção seguinte serão apresentadas, analisadas e comentadas as características essenciais do problema de Gettier.

2.2.

O Problema de Gettier

O conhecimento é uma atividade cotidiana e não somente um problema filosófico abstrato. Em cada momento do dia pensamos e agimos segundo critérios tácitos ou explícitos, de maior ou menor complexidade de acordo com a situação e a previsão dos riscos envolvidos. Por conseguinte, uma definição única de conhecimento ou mesmo a imposição de uma metodologia rígida para todas as atividades seria ou inútil ou contraproducente.

Entretanto, algumas intuições se apresentam como condições mínimas para que alguém possa alegar com justiça que tem conhecimento de algo. Se ao atravessar o centro da cidade para chegar ao trabalho perguntamos a um transeunte qualquer que horas são e este responde prontamente “meio-dia” sem consultar seu relógio, naturalmente não confiamos na resposta. Sentimos que algo lhe falta para poder fazer essa afirmação.

Evidentemente, poderíamos nos satisfazer com essa informação se nosso objetivo era tão somente obter uma vaga estimativa da hora e não a hora exata. O contrário sendo o caso, sentimo-nos no direito de interpelar o transeunte uma

segunda vez perguntando de onde lhe vem a certeza de sua resposta. Se ele responder que simplesmente sabe que é meio-dia, a dúvida persistirá. Ainda que, segundos após esse episódio, achemos um relógio eletrônico na praça e nos certifiquemos da verdade da afirmação do transeunte, isso não a tornará mais confiável.

Num caso simples do cotidiano como o descrito acima, vêem-se envolvidos diversos critérios usualmente empregados para se reconhecer a alegação de conhecimento de um fato. Não nos parece suficiente que alguém meramente afirme conhecer algo. Dizer que sabe a hora exata sem ter consultado o relógio parece-nos absurdo ainda que a afirmação seja estritamente verdadeira, ou seja, que a proposição corresponda aos fatos.

A estranheza e a desconfiança vêm do fato de reconhecermos que sempre é possível dizer algo verdadeiro sobre qualquer assunto sem nada saber sobre ele. Se alguém se dedicasse a fazer afirmações sobre economia todos os dias, mesmo sem ter a menor formação nessa disciplina ou consultar dados e informativos, haveria uma probabilidade alta de que um dia dissesse algo de verdadeiro. É porque reconhecemos a possibilidade de coincidências que desconfiamos dessas informações.

Contrariamente, a afirmação confiável é aquela que é feita a partir de bases reconhecidas como usual ou infalivelmente seguras. Um indivíduo que queira provar uma proposição deve mostrar que ela se deduz logicamente de premissas autoevidentes ou, ao menos, verdadeiras. Se quiser afirmar uma teoria empírica, deverá mostrar que ela se deduz de conhecimentos já suficientemente aceitos, concorda com os dados da experiência direta e fornece previsões seguidamente confirmadas.

É óbvio que sempre há o risco do erro. As bases podem ser falsas ou insuficientes para provar o que se deseja provar. Mas se esse não é o caso e as bases são seguras, não há porque não prestar assentimento ao que é proposto como verdade. Nesse caso, tem-se tudo o que geralmente se exige como condições necessárias e suficientes para a afirmação de conhecimento, a saber, crença verdadeira justificada.

Em primeiro lugar tem-se a crença na verdade da proposição, tese ou teoria. O assentimento à proposição é essencial para que se possa afirmar conhecimento. Não

há como dizer que se conhece algo se não se acredita na verdade do que se afirma sobre ele. Cumpre também encontrar uma justificativa para a crença, ou seja, encontrar bases adequadas para a afirmação. Por fim, é imprescindível que a proposição mesma seja verdadeira.

Voltemos ao caso do homem que pergunta as horas a um transeunte no centro da cidade. O cenário é o mesmo, a resposta permanece insatisfatória e o indagador acaba por confirmar a veracidade da informação por meio de um relógio eletrônico no meio da praça. Agora é possível afirmar que o homem tem conhecimento de que horas são. A crença de que é meio-dia é verdadeira (de fato, é meio-dia) e é sustentada pela justificação dada pela consulta ao relógio (que é uma forma adequada de aferição).

A essa situação acrescenta-se o seguinte detalhe: o relógio está quebrado. Ora, qualquer relógio parado dá as horas corretamente pelo menos duas vezes ao dia. A probabilidade de que alguém o consulte em um dos dois momentos em que isso se dá não é muito alta individualmente, mas aumenta se considerarmos a quantidade de pessoas que consultam o relógio de uma praça no centro da cidade. Sem dúvida, isso aconteceu a pelo menos uma pessoa algum dia.

Considere-se que tenha acontecido ao homem de quem se falou até agora. Ao consultar o relógio parado no meio da praça, ele o fez no momento em que o aparelho danificado marcava a hora correta. Dessa forma, ele tem a crença de que é meio-dia, essa crença é verdadeira (de fato, é meio-dia) e justificada por meio adequado de aferição. A pergunta, considerando-se que o relógio estava parado, é se há realmente conhecimento nesse caso.

O homem em questão não sabe que o relógio está parado e que foi somente uma coincidência o fato de que ele o consultou justamente no momento em que a máquina fornecia a hora correta. O ponto nevrálgico dessa questão é a dificuldade de se afirmar que uma coincidência possa figurar como justificação válida para atribuições de conhecimento. Não obstante, se realmente não é possível atribuir conhecimento nesses casos, então crença, verdade e justificação não são condições suficientes, embora aparentemente sejam necessárias, para o conhecimento.

Em síntese, essa questão é o cerne do artigo *Is Justified True Belief Knowledge?* de autoria do filósofo americano Edmund Gettier, publicado no número

23 da revista *Analysis* do ano de 1963. Em apenas três páginas e por meio de dois exemplos inventados, Gettier pretendeu demonstrar que a ideia de conhecimento como crença verdadeira justificada não se sustenta. No artigo, o filósofo afirma que várias tentativas foram feitas nos anos recentes para determinar as condições necessárias e suficientes para o conhecimento de uma dada proposição e que tais tentativas têm em geral a seguinte forma:

S sabe que P se e somente se:

P é verdadeiro.

S crê que P.

S está justificado a crer que P.²

Em seguida, o americano ilustra sua afirmação com exemplos tirados de dois filósofos contemporâneos, Chisholm e Ayer. Segundo Gettier, Chisholm defende que alguém sabe que P se e somente se:

S aceita P.

S tem evidência adequada para P.

P é verdadeiro.³

Por sua vez, ainda segundo Gettier, Ayer sustenta que as condições necessárias e suficientes para o conhecimento são aquelas em que

P é verdadeiro;

S está certo de que P é verdadeiro.

S tem o direito de estar certo de que P é verdadeiro.⁴

Ora, para o filósofo americano, as condições dadas nos exemplos acima não são suficientes para a verdade da proposição de que “S sabe P”. Sua argumentação intenta mostrar que o problema reside na condição “S está justificado a crer que P” e que a situação permanece a mesma quando se substitui “S está justificado a crer que P” pelas variantes “S tem evidência adequada para P” ou “S tem o direito de estar certo de que P é verdadeiro”.⁵

Gettier então passa a descrever dois casos fictícios para ilustrar dois pontos. No primeiro deles, mantendo-se o sentido de “justificado” empregado como condição

² GETTIER, 1963, p.121

³ IDEM, 1963, p.121

⁴ GETTIER, 1963, p.121

⁵ IDEM, 1963, p.122

necessária para que S saiba que P, uma pessoa pode estar justificada em crer que P e P ser falso. E no segundo, para qualquer proposição P, se S está justificado em crer que P, e P tem Q como consequência, e S deduz Q de P e aceita Q como resultado dessa dedução, então S está justificado em crer que Q.⁶

No primeiro exemplo apresentado por Gettier, supõe-se a existência de dois homens, Smith e Jones, que fazem solicitação para um emprego. Supõe-se também que Smith tem forte evidência para chegar à proposição conjuntiva segundo a qual:

(a) Jones é o homem que vai conseguir o emprego e Jones tem dez moedas em seu bolso.

A evidência que Smith tem para (a) vem da informação dada a ele diretamente pelo presidente da companhia de que Jones seria selecionado ao final e do fato de que ele mesmo (Smith) havia contado as moedas no bolso de Jones dez minutos atrás. Da proposição (a) deriva-se a proposição (b) segundo a qual:

(b) O homem que vai conseguir o emprego tem dez moedas no bolso.

Supondo que Smith perceba a derivação de (b) de (a) e aceite (b) baseado em (a), então Smith está claramente justificado em crer que (b) é uma proposição verdadeira.

Contudo, suponha-se que, a despeito do desconhecimento de Smith, será ele e não Jones que conseguirá o emprego e que, além disso, ele também tem dez moedas no bolso sem o saber. Sendo assim, a proposição (b) é verdadeira, embora a proposição (a) da qual ela é derivada é falsa. De tal cenário se conclui que:

1. A proposição (b) é verdadeira.
2. Smith crê que (b) é verdadeira.
3. Smith está justificado em crer que (b) é verdadeira.

⁶ IBIDEM, 1963,p.122

O problema reside no fato de que Smith realmente não sabe que (b) é verdadeira, uma vez que ele ignora que tem dez moedas em seu próprio bolso. E a verdade de (b) se funda no fato da existência de dez moedas no bolso de Smith, embora o próprio Smith derive a verdade de (b) do fato de Jones ter dez moedas no bolso e da informação de que Jones conseguirá o emprego no fim.⁷

O segundo caso fornecido por Gettier tem como personagens os mesmos Smith e Jones numa situação diferente, mas com os mesmos resultados teóricos. O filósofo americano convida o leitor de seu artigo a imaginar que Smith tem forte evidência para a seguinte proposição:

(c) Jones é dono de um Ford.

Há muito que Smith conhece Jones e até onde Smith se lembra, Jones sempre teve um carro e este sempre foi um Ford. Além disso, Jones acabou de oferecer uma carona a Smith enquanto dirigia um Ford. Não obstante, Smith tem um amigo chamado Brown cujo paradeiro é desconhecido e seleciona ao esmo as três seguintes proposições:

(d) Ou Jones tem um Ford ou Brown está em Boston.

(e) Ou Jones tem um Ford ou Brown está em Barcelona.

(f) Ou Jones tem um Ford ou Brown está em Brest-Litovsk.

Cada uma dessas proposições pode ser derivada de (c) e Gettier sugere ao leitor que admita que Smith não só percebe essa derivação como aceita como verdadeiras as três proposições (d), (e) e (f) baseado na verdade de (c). Como Smith as inferiu de uma outra proposição da qual ele tem grande evidência, então Smith está totalmente justificado em crer nas três proposições acima identificadas.

Acrescente-se em seguida que, na verdade, Jones dirige um Ford alugado e que, por uma grande coincidência, sem que Smith disso saiba, Brown realmente está em Barcelona. Admitidas essas duas novas informações, temos:

⁷ GETTIER, 1963, p.122

1. A proposição (e) é verdadeira.
2. Smith acredita que (e) é verdadeira.
3. Smith está justificado em crer que (e) é verdadeira.⁸

Segundo Gettier, apesar das condições acima terem sido preenchidas, não se pode afirmar que realmente Smith tenha conhecimento de que (e) é verdadeira. O que torna Smith justificado em crer na verdade de (e) é a mera coincidência de que Brown esteja em Barcelona (do que ele não tem nenhuma evidência) e não a proposição (da qual ele pensa que tem grande evidência) de que Jones tem um Ford.⁹

Os dois casos criados por Gettier têm como objetivo mostrar que a análise segundo a qual conhecimento é crença verdadeira justificada está errada. A reação a essa afirmação foi imediata e logo após a publicação do artigo seguiu-se uma enxurrada de respostas gerando uma polêmica baseada majoritariamente em artigos de revistas acadêmicas. Como afirmou Alvin Plantinga, o caso de Gettier é único na filosofia contemporânea e sua importância pode ser medida pela disparidade entre o número de páginas do artigo original e o número de páginas que foram escritas para respondê-lo.¹⁰

Edmund L. Gettier III nasceu em 1927 em Baltimore, Maryland, nos Estados Unidos da América. Graduou-se na Cornell University e é professor emérito da University of Massachusetts at Amherst. Entre 1957 e 1967 lecionou na Wayne State University e em 1963, pressionado por seus colegas a escrever um artigo para meramente cumprir obrigações acadêmicas, enviou à revista *Analysis* o texto *Is Justified True Belief Knowledge?* que o tornaria famoso. Gettier não participou ativamente dos debates ocasionados por suas ideias no mundo acadêmico e, aparentemente, escolheu retornar a seu estilo um tanto recluso, mantendo-se distante das polêmicas e dedicando a maior parte de seu tempo ao ensino universitário.

Apesar do inegável impacto do artigo, nem todos se convenceram com a argumentação de Gettier. Dentre os críticos que se concentraram em apontar erros inferenciais nos exemplos dados no artigo está o também filósofo americano Irving

⁸ Para que uma proposição disjuntiva seja verdadeira, basta que pelo menos uma das duas proposições que a compõem seja verdadeira.

⁹ GETTIER, 1963, p.122

¹⁰ PLANTINGA, 1993, p.33

Thalberg. Em um texto sugestivamente intitulado *In Defense of Justified True Belief*, ele questiona o que chama de “princípio de dedutibilidade para justificação”¹¹, abreviado como (PDJ), presente nos exemplos de Gettier e apresentado na seguinte formulação:

(PDJ): Para qualquer proposição P, se [uma pessoa] S está justificada em crer que P, e de P se infere Q, e S deduz Q de P e aceita Q como resultado de tal dedução, então S está justificado em crer em Q.

Retomando o primeiro exemplo de Gettier, no qual Smith e Jones disputam um emprego e têm ambos dez moedas nos seus respectivos bolsos, Thalberg tenta mostrar que, embora a dedução feita por Smith esteja logicamente correta, ela não lhe fornece uma justificação suficiente. Segundo o caso, Smith tem bases adequadas para crer nas seguintes proposições:

- (1) Jones vai conseguir o emprego.
- (2) Jones tem dez moedas no bolso.

Dessas proposições Smith infere:

- (3) Jones é o homem que vai conseguir o emprego e tem dez moedas no bolso.

E de (3) Smith infere (4):

- (4) O homem que vai conseguir o emprego tem dez moedas no bolso.

Ora, por meio de (PDJ) Gettier sustenta que Smith está justificado em crer em (3) e em (4). Uma vez que se revela que (1) é uma proposição falsa e (2) é verdadeira, (3) se torna automaticamente falsa, mas (4) permanece verdadeira. Thalberg concorda com Gettier na afirmação de que Smith não sabe que (4) é verdadeira, mas assevera que não há justificação adequada para Smith crer em (3) e

¹¹ *Principle of deducibility for justification*, no original em inglês.

(4). Dessa forma, não se configura o caso de Smith ter crença verdadeira justificada e ainda assim não ter conhecimento.

Thalberg admite que de (1) e (2) pode-se inferir logicamente (3) e (4), mas considera que a evidência de (1) e (2) não se transfere para (3) e (4). Se Smith sabe que seu chefe na maioria das vezes está certo em suas declarações, então Smith tem evidência suficiente para (1). Se o próprio Smith tem boa habilidade para contar moedas, então está justificado para crer em (2). Contudo, para Thalberg, qualquer teoria elementar de probabilidade aponta para o fato de que o prospecto de estar certo acerca de duas proposições em conjunção é menor do que aquele de estar certo acerca de (1) ou (2) separadamente. Por conseguinte, Smith não estaria justificado em crer em (3).¹²

Se Smith não pode justificadamente crer em (3), também não pode justificadamente crer em (4). Mas Thalberg aponta para uma dificuldade adicional com relação à proposição (4). Enquanto (3) é uma proposição que só pode ser verdadeira para Jones, (4) é uma proposição geral que pode ser verdadeira para muitos. Embora a proposição contenha o sujeito gramatical “o homem que vai ser escolhido”, que só se aplica a uma só pessoa, ela não especifica ninguém. Nas palavras de Thalberg:

Minha crítica é que Smith não tem evidência para justificá-lo a esperar qualquer das outras situações que tornariam (4) verdadeira, isto é, alguma outra pessoa sendo escolhida ao invés de Jones. Eu também objeto a crença de Smith em (4) porque o sujeito da frase “o homem que vai ser escolhido” nem mesmo se aplica à pessoa da qual Smith recolheu a evidência da posse de moedas.¹³

Smith, ao invés de inferir (4), poderia ter inferido a proposição (5) segundo a qual:

(5) O homem cuja eleição foi predita pelo presidente tem dez moedas no bolso.

¹² THALBERG, 1969, p.797

¹³ IDEM, 1969, p. 799

Em tal caso, uma só poderia ser a possibilidade de verdade, a saber, que Jones tivesse realmente conseguido o emprego e tivesse dez moedas no bolso. Nessa situação, a verdade de (5) seria um caso típico de crença verdadeira justificada.

Thalberg critica também o segundo caso fornecido por Gettier no qual o mesmo Smith tem evidência adequada para crer na proposição (6).

(6) Jones tem um Ford.

Seguindo o caso, Smith tem um amigo chamado Brown cujo paradeiro é desconhecido. Sabendo desse fato, ele considera três possibilidades:

(7) Brown está em Boston.

(7') Brown está em Barcelona.

(7'') Brown está em Brest-Litovsk.

Smith sabe também que de qualquer proposição P se pode derivar validamente a disjunção de P com qualquer outra proposição R. Daí, Smith deriva:

(8) Ou Jones tem um Ford ou Brown está em Barcelona.

Se Gettier está certo, então a partir de (PDJ) pode-se afirmar que a evidência que Smith tem para (6) justifica-lhe também a confiança em (8). Como o exemplo informa, Jones não tem um Ford, mas Brown está realmente em Barcelona. Desse modo, (6) é uma proposição falsa, mas a disjunção de (6) e (7') é verdadeira. Smith tem então, segundo Gettier, crença verdadeira justificada, mas não tem conhecimento uma vez que ninguém diria que ele sabe que (8) é verdadeira.

É a mera coincidência de que Brown está realmente em Barcelona que faz a conjunção (8) ser verdadeira. Thalberg, mais uma vez, concorda com Gettier que Smith não tem conhecimento, mas assevera que Gettier está errado em supor que (PDJ) forneça justificativa adequada para se crer em (8) a partir de (6). Em termos técnicos, não há nada de errado em derivar disjunções de proposições isoladas, mas na vida cotidiana não se costuma a criar disjunções arbitrariamente.

Embora não se possam enunciar regras férreas para essas disjunções, na vida cotidiana uma disjunção é criada a partir de uma primeira proposição quando se intui que se esta for falsa, a segunda será provavelmente verdadeira. Se há evidência de que Jones tem um Ford e de que ele detesta qualquer outro tipo de carro, então se pode justificadamente crer em (8’):

(8’) Ou Jones tem um Ford ou ele não tem automóvel.

Se Jones fala entusiasticamente de Ferraris é possível crer justificadamente na disjunção (8’):

(8’’) Ou Jones tem um Ford ou ele tem uma Ferrari.¹⁴

Thalberg aponta aqui para o fato de que a escolha de uma disjunção não é arbitrária e que a evidência que (6) fornece para Smith não se transfere a nenhuma disjunção cujo segundo termo seja arbitrariamente escolhido. Em outros termos, há uma diferença crucial entre uma derivação logicamente válida e uma justificação adequada para o conhecimento. Nem tudo que se pode inferir de uma proposição com forte evidência carrega consigo a mesma segurança epistêmica.

A crítica de Thalberg revela também a artificialidade dos exemplos criados por Gettier. Em termos lógicos, não se poderia negar a possibilidade de se derivar validamente as conjunções e disjunções apresentadas nos exemplos, mas em termos práticos, dificilmente alguém numa situação real escolheria as proposições que Gettier apresenta. E é justamente essa escolha, segundo Thalberg, que impede a transferência da força epistêmica que justifica a proposição original para as proposições conjuntivas e disjuntivas resultantes.

O mesmo princípio é usado por Thalberg na análise do contraexemplo à crença verdadeira justificada como condição suficiente para o conhecimento apresentado desta vez por Keith Lehrer, em 1965, num artigo na revista *Analysis*. No texto, o autor pede ao leitor que imagine que ele (Lehrer) vê dois homens, Sr. Nogot e Sr. Havit, entrando em seu escritório. Sr. Nogot acabou de chegar em um Ford, declarou que tem um Ford e até mesmo mostrou seu certificado de compra do Ford.

¹⁴ THALBERG, 1969, p.802

Além disso, Sr. Nogot tem sido um amigo honesto e confiável. Baseado nessas evidências, Lehrer se sente completamente justificado a em crer em (1):

(1) Sr. Nogot, que está em meu escritório, tem um Ford.

E de (1), Lehrer deduz (2):

(2) Alguém em meu escritório tem um Ford.¹⁵

Como se trata de um caso do tipo apresentado por Gettier, descobre-se depois que Sr. Nogot não tem um Ford, mas Sr. Havit sim. Mais uma vez, alguém crê numa proposição com grande base evidencial, dela infere validamente uma consequência e descobre que esta é verdadeira por pura coincidência enquanto a primeira é falsa. O exemplo mostraria então que há casos de crença verdadeira justificada sem que haja conhecimento.

Thalberg explica que o exemplo de Lehrer se baseia no mesmo “princípio de dedutibilidade para justificação” (PDJ) usado por Gettier. Por meio de (PDJ), Lehrer pretende transferir a força epistêmica da evidência que sustenta (1) para (2). A questão é que (2) é inevitavelmente ambígua. Ela admite algumas interpretações segundo as quais:

- (a) Um colega de escritório de Lehrer, aquele de quem Lehrer tem evidência, tem um Ford.
- (b) Somente um dos colegas de escritório de Lehrer tem um Ford.
- (c) Ao menos um dos colegas de Lehrer tem um Ford.

Thalberg afirma que (a), (b) e (c) derivam (2) e que, por sua vez, (a) e (b) derivam (c). Sabendo-se que (1) é uma proposição falsa e que, na verdade, é o Sr. Havit que tem um Ford, então (2) interpretado como (c) é verdadeiro, (a) é falso e (b) permanece indefinido, pois Lehrer não especifica se o Sr. Havit é o único proprietário de um Ford no escritório.

¹⁵ LEHRER *apud* FOGELIN, 1994, p.24

A única interpretação de (2) a qual (1) fornece justificção adequada, segundo Thalberg, é (a). Como (1) é falsa, então não se tem aí um caso de crença verdadeira justificada. Thalberg afirma que Lehrer não tem evidência alguma para esperar qualquer outra situação que não aquela do Sr. Nogot possuir um Ford. Assim, não há nenhuma situação na qual as interpretações (b) e (c) sejam verdadeiras. As evidências que Lehrer tem não indicam que somente um colega de escritório tem um Ford e nem que haja outros.

Certamente Lehrer investigou ao menos um colega para saber se ele tinha um Ford, mas então a formulação correta da situação seria “Lehrer investigou pelo menos um de seus colegas e pelo menos um deles tem um Ford”. Nesse caso a proposição se referiria ao Sr. Nogot exclusivamente e seria outra versão possível de (a) ao invés de uma versão que tornaria (c) verdadeira. Para Thalberg, Lehrer engana-se ao pensar que se possa transferir, por meio do (PDJ) a força epistêmica que sustenta uma proposição a proposições deduzidas logicamente dela.¹⁶

Se a única interpretação possível para (2) é (a) e (1), de onde (2) pretensamente retira sua justificção, é uma proposição falsa, então não se pode falar aqui de crença verdadeira justificada. Em suma, a análise de Thalberg mostra que das diversas interpretações possíveis de (2) somente uma tem apoio adequado em (1), que por fim revela-se falsa, e que todas as outras interpretações não receberiam a força epistêmica de (1) caso esta fosse verdadeira. Em ambos os casos não se configura crença verdadeira justificada e Lehrer falha em produzir seu contraexemplo.

A inferência a partir de uma proposição falsa, entretanto, não é um problema exclusivo do contraexemplo criado por Lehrer. Não parece difícil a qualquer leitor atento perceber que, no artigo original de Gettier, as inferências que Smith faz se baseiam em proposições falsas. No primeiro caso, Smith tem forte evidência para crer na proposição “Jones é o homem que vai conseguir o emprego e Jones tem dez moedas em seu bolso” e dela infere “O homem que vai conseguir o emprego tem dez moedas no bolso”. É por mera coincidência que a última proposição será verdadeira, uma vez que o próprio Smith e não Jones conseguirá o emprego.

O fato de a proposição “O homem que vai conseguir o emprego tem dez moedas no bolso” ser ao final verdadeira (embora por pura coincidência) e ter sido

¹⁶ THALBERG, 1969, p 802

inferida de uma proposição com forte evidência a seu favor (“Jones é o homem que vai conseguir o emprego e Jones tem dez moedas em seu bolso”) faz com que se configure aqui, segundo Gettier, o caso de uma crença verdadeira justificada que não é conhecimento.

Mas o exemplo de Gettier só se sustentará se a inferência se der entre proposições verdadeiras. A proposição “O homem que vai conseguir o emprego tem dez moedas no bolso” é verdadeira (inegavelmente corresponde aos fatos), mas “Jones é o homem que vai conseguir o emprego e Jones tem dez moedas em seu bolso” é falsa. Sendo assim, a crença de Smith se baseia numa premissa falsa e não pode contar como conhecimento.

O segundo exemplo de Gettier é atingido pelo mesmo problema. A proposição disjuntiva de Smith, “Ou Jones tem um Ford ou Brown está em Barcelona”, que se revela verdadeira por acaso, foi inferida de uma proposição que, a despeito de forte evidência a seu favor, era falsa. A premissa “Jones tem um Ford” não corresponde aos fatos, o que impede que a crença em qualquer proposição (ainda que verdadeira) que dela se infira, não se configure em conhecimento.

Atentos a esse fato, diversos autores passaram a modificar seus exemplos ou a criar novos de modo a evitar inferências a partir de proposições falsas. Robert Fogelin, por exemplo, mostra que mesmo o caso apresentado por Keith Lehrer pode evitar o problema por meio de uma pequena modificação.

Assumindo o mesmo cenário em que S tem dois colegas de escritório, Sr. Nogot e Sr. Havit, e que S tem grande evidência de que Sr. Nogot tem um Ford, S pode derivar a proposição “Alguém em meu escritório tem um Ford” diretamente da evidência que possui, sem precisar inferi-la da proposição falsa “Sr. Nogot, que está em meu escritório, tem um Ford”.¹⁷ Essa solução evita a inferência a partir de uma afirmação falsa, mas parece não escapar de uma crítica semelhante a que Thalberg dirige aos exemplos originais de Gettier e de Lehrer.

Poucos negariam que um sujeito S possa realmente inferir “alguém em meu escritório tem um Ford” de todas as informações que dão conta de que o Sr. Nogot tem um Ford e trabalha no escritório de S. Contudo, todas as informações obtidas indicam que Sr. Nogot tem um Ford e não um “alguém” indefinido. Na vida

¹⁷ FOGELIN, 1994, p.24

cotidiana, S deveria escolher a mais provável das inferências em termos de justificação e não uma proposição que, embora validamente deduzida da base evidencial, é inevitavelmente ambígua e de valor mais reduzido. Mais uma vez, parece que a dedução logicamente válida não garante a transferência da força epistêmica.

Assim, se S chega à conclusão de que (como sua base evidencial indica) o Sr. Nogot tem um Ford, então o fato de que é o Sr. Havit que possui um Ford e não o Sr. Nogot vai se tornar uma evidência definitivamente contrária à sua inferência e não haverá crença verdadeira justificada. Mas é justamente pela preferência por disjunções, conjunções e proposições “gerais”¹⁸ ou ambíguas e por meio de (PDJ) que Gettier e Lehrer conseguem construir exemplos de crença verdadeira justificada sem conhecimento.

Robert Fogelin afirma que esse estilo de exemplo caracteriza as primeiras formulações do problema da crença verdadeira justificada sem conhecimento, embora não possa ser considerado como o único tipo possível de caso-Gettier. Segundo Fogelin, embora todos os casos-Gettier necessariamente envolvam certo grau de acaso e coincidência na justificação, eles podem ser didaticamente divididos em dois grupos:

- I. Aqueles que empregam um procedimento de justificação normalmente confiável em um contexto onde ele não é, de fato, confiável e então chegam a algo verdadeiro deduzindo uma conclusão *mais fraca* do que aquela normalmente fornecida por esse procedimento.
- II. Aqueles que empregam um procedimento de justificação normalmente confiável em um contexto em que ele não é, de fato, confiável e então chegam a uma conclusão verdadeira usualmente *forte* por boa sorte.¹⁹

O primeiro grupo abrange os casos originais apresentados por Gettier e Lehrer e se caracterizam por uma inferência válida a partir de uma proposição de grande evidência, mas que se revela falsa (casos-Gettier originais) e os casos onde uma

¹⁸ No sentido que Thalberg dá a esse termo ao criticar os exemplos fornecidos por Gettier e Lehrer.

¹⁹ FOGELIN, 1994, p.23

inferência válida é feita diretamente da evidência reunida e que não passa por uma proposição intermediária falsa (caso-Gettier apresentado por Lehrer). Em ambos, a proposição, caracterizada pelo uso de conjunções, disjunções e formas como “*algum x é p*”, se revela verdadeira por simples acaso ou sorte.

O segundo grupo veio a se tornar o tipo padrão de casos-Gettier nas discussões acadêmicas sobre os contraexemplos ao conhecimento como crença verdadeira justificada. Para ilustrar as características do desse segundo grupo, Fogelin apresenta o caso criado por Ernest Sosa no qual S tem justificativa para crer que viu um celeiro e ainda assim não tem conhecimento.

Segundo o exemplo de Sosa²⁰, um sujeito S vê um celeiro durante um passeio no campo e, por isso, tem a crença justificada de que aquilo é um celeiro. Entretanto, dos dois lados da estrada há vários celeiros falsos, meras cascas sem nada dentro, mas que por fora são perfeitamente capazes de simular celeiros reais. O fato de S ter avistado o celeiro real e daí estar justificado a crer que haviam ali um celeiro se deve ao acaso de S ter encontrado o único celeiro verdadeiro em meio a diversos celeiros falsos. A pergunta é então se S tem crença verdadeira justificada sem conhecimento.

Os que afirmam que este é um contraexemplo à ideia de conhecimento como crença verdadeira justificada se apóiam no fato de que a verdade que S haure de sua percepção visual é fruto de um acaso, uma vez que o celeiro real visto por S estaria no meio de um conjunto grande de celeiros falsos externamente idênticos e passíveis de enganar a visão de qualquer transeunte. Foi a mera sorte que determinou que esse estivesse certo.

É necessário tecer aqui alguns comentários sobre o exemplo de Sosa. Parece difícil aceitar o contraexemplo que ele propõe ao conhecimento como crença verdadeira justificada. Primeiramente porque a conclusão de S é verdadeira, é “inferida” a partir de um meio adequado de justificação. Com todos esses atributos, o exemplo parece descrever nada além de um caso clássico de crença verdadeira justificada. Afinal, S viu um celeiro real e acreditou que aquilo que viu era um celeiro.

A questão é que essa justificação se dá “por acaso”, isto é, foi só a sorte que determinou que S avistasse o celeiro real. Nesse caso, o “acaso” envolvido tem ares

²⁰ SOSA *apud* FOGELIN, 1994, p.25

de probabilismo. Num meio onde abundavam os celeiros falsos exteriormente idênticos a um verdadeiro, a probabilidade de se identificar o verdadeiro era bem pequena. O exemplo descarta qualquer sinal distintivo, por mínimo que fosse, que pudesse indicar a S que ele avistava um celeiro verdadeiro e não um falso. Para qualquer observador no lugar de S, os celeiros falsos transmitiriam a mesma certeza visual que um celeiro verdadeiro.

Não obstante, se os celeiros falsos não tiveram parte nenhuma no processo de “inferência” e nem no processo de justificação da crença verdadeira haurida pela evidência visual, então é válido perguntar qual é afinal sua importância para o caso proposto. Havia um ambiente desfavorável para uma cognição correta, ou seja, era mais provável que S tomasse os celeiros falsos por celeiros verdadeiros e, a despeito disso, S forma uma crença verdadeira a partir de uma cognição verdadeira.

Não parece claro que um ambiente adverso e uma consequente alta probabilidade de erro sejam suficientes para determinar o acaso na justificação de uma crença que é verdadeira ao final. Se a crença verdadeira de S de que está diante de um celeiro é justificada por um meio adequado e normalmente confiável, em que influirão considerações acerca de um ambiente desfavorável? Comentários mais extensos sobre a validade e o alcance deste e dos casos-Gettier em geral deverão ser feitos oportunamente mais adiante.

Seja como for, no que concerne à apresentação do problema como entendido por seus defensores, o exemplo de Sosa é bem às feições gerais que apresentadas pelos diversos casos-Gettier do segundo grupo citado por Fogelin. Tal grupo se caracteriza principalmente pelo uso de processos confiáveis e inferências robustas, não derivadas de proposições falsas, que ao fim se revelam verdadeiras por mero acaso ou sorte.

O coração do problema se encontra em uma espécie de “bifurcação epistêmica” que se estabelece no processo do conhecimento tomado como crença verdadeira justificada. Quando o sujeito S quer saber algo, naturalmente ele considera os métodos reconhecidamente mais apropriados para alcançar seu objetivo e escolhe o método confiável M. Ele está sendo epistemicamente responsável em sua escolha. S então recolhe as evidências e chega a uma conclusão C que lhe parece a certa. Acrescente-se o fato de que C é realmente o caso.

S tem uma conclusão C verdadeira obtida por um método M confiável que justifica sua pretensão de conhecimento. É justamente aí, na justificação, que a “bifurcação epistêmica” característica dos casos-Gettier acontece. O método M é confiável porque estabelece geralmente uma ligação correta entre as evidências de que S dispõe e a conclusão C. Mas especificamente no caso de S, não é a usual confiabilidade de M que lhe faculta chegar a C. É uma coincidência que torna C verdadeira.

A confiabilidade de M não se aplica então ao caso de S e S, embora responsável epistemicamente, não tem conhecimento de C. Há uma bifurcação entre aquilo que usualmente justifica o conhecimento e que justifica S a crer que C e aquilo que realmente acontece a despeito do conhecimento de S. Essa “bifurcação epistêmica” destrói as pretensões de conhecimento de uma conclusão verdadeira obtida por métodos seguros.

Em outros termos, o que o sujeito S tem “direito” de sustentar não coincide com aquilo que ele está justificado a sustentar. Robert Fogelin resume o problema nos seguintes termos:

- (a) Dado um certo conjunto de informações, nosso sujeito S, usando algum procedimento padrão, justificadamente vem a crer que uma proposição, *h*, é verdadeira.
- (b) Nós temos um conjunto de informações mais amplo do que S possui, e em virtude dessas informações vemos que as bases de S, embora responsabilmente invocadas, não justificam *h*.²¹

Como mostrado acima, os casos-Gettier se baseiam numa diferença entre o que o sujeito S na situação concreta sabe e o que um pretendido observador (no caso aquele que lê ou testemunha um caso-Gettier) sabe dessa mesma situação. O “observador” tem informações que S não tem e por isso pode avaliar corretamente os fatos como eles exatamente ocorrem e, por fim, julgar as pretensões de conhecimento de S.

Os casos-Gettier são casos onde se nega conhecimento a um conhecedor que não tem todos os dados à sua disposição. Por isso mesmo, não estão em jogo a eficiência ou a responsabilidade de S em recolher os dados disponíveis nem sua

²¹ FOGELIN, 1994, p.22

capacidade de inferência dedutiva ou indutiva. O sujeito S é perfeitamente honesto, responsável e capaz em suas atividades acadêmicas. Nenhuma deficiência moral ou estrutural o atinge e a negação de conhecimento de S não é um julgamento de suas aptidões.

Somente o “observador” sabe da infeliz coincidência da qual S foi vítima. O que S está justificado a crer a partir do que sabe não coincide com o que, na realidade, acontece e pressupõe-se que se S soubesse o que o “observador” sabe, ele “saberia” que não tem conhecimento. O julgamento incide sobre a situação concreta, sobre a realidade a que S não tem acesso e que torna sua pretensão ao conhecimento injusta, mas não desonesta ou inepta.

O leitor de um caso-Gettier é convidado a testemunhar, com uma “visão a partir dos olhos de Deus”, as atividades epistêmicas de um conhecedor que é diligente, porém desafortunado. E é dessa posição privilegiada que o “observador” pode perceber que S, com os dados que dispõe, está justificado em crer que C é o caso, mas que, ao mesmo tempo, S não está justificado em crer em C. Como diria Aristóteles, ele “sabe em um sentido, mas não sabe em outro”.²²

De fato, os sentidos de “saber” parecem ser diferentes. O sujeito S sabe, pois sua conclusão é verdadeira e foi obtida por meio de um método confiável e, ao mesmo tempo, não sabe, pois sua conclusão verdadeira não é fruto das virtudes epistêmicas do método, mas de uma feliz coincidência. Esses dois sentidos de “saber” ou de “estar justificado” estão aparentemente implicados na estrutura dos casos-Gettier.

Entretanto, é necessário que se diga, em nenhum ponto de seu artigo original Gettier fornece qualquer esclarecimento sobre sua interpretação do conceito de “justificação”. Nem mesmo esclarece os sentidos de “verdade” e “crença” usados em seu texto. A alusão que Gettier faz ao *Teeteto*, poderia talvez indicar uma pista sobre suas concepções acerca da justificação. Mas esse parece não ser o caso.

Platão é citado numa nota ao final do artigo *Is Justified True Belief Knowledge?* na qual Gettier afirma que “[...] parece ter considerado uma definição como essa em *Teeteto* 201 e talvez aceitado uma em *Mênnon* 98.”²³. A definição a que

²² ARISTÓTELES, 1952, p. 97

²³ GETTIER, 1963, p.122, nota 1.

Gettier se refere é aquela segundo a qual S está justificado em crer que P se e somente se

- 1) P é verdadeira,
- 2) S crê que P,
- 3) S está justificado em crer que P.

Mark Kaplan contesta a possibilidade de haver alguma ligação entre o problema posto nessas passagens e a temática tratada por Gettier. Para ele, Platão não se referia a um conhecimento proposicional tal como o implicado no problema de Gettier. A passagem do *Teeteto* é a seguinte:

Teeteto: essa é uma distinção (entre opinião verdadeira e conhecimento), Sócrates, a qual eu ouvi sendo feita por alguém, mas o esqueci. Ele disse que opinião verdadeira, combinada com razão, era conhecimento, mas que opinião sem nenhuma razão estava fora da esfera do conhecimento; e que as coisas das quais não há definição racional não são cognoscíveis – tal como a expressão singular que ele usou - e que as coisas as quais têm uma razão ou uma explicação são cognoscíveis.²⁴

Kaplan aponta para o fato de que Platão realmente faz Teeteto formular uma definição em que conhecimento é opinião verdadeira adicionada a uma “razão”²⁵. Na sequência do diálogo, Platão sugere três propostas para o significado de “razão” e as rejeita uma após a outra. Na primeira delas (206d), “razão” é “tornar o pensamento de alguém evidente por meio do discurso, usando expressões e nomes” e é também (208c) “um tipo de imagem do pensamento no discurso”. Na segunda proposta (208c), “razão” é “examinar cuidadosamente a coisa, elemento por elemento, até que se tenha examinado o todo” e na terceira (208c) é “identificar uma marca que diferencie a coisa de tudo o mais”.

A natureza do questionamento platônico no texto citado do *Teeteto*, segundo Kaplan, não tem nenhuma relação com o conhecimento proposicional que está em

²⁴ PLATÃO, 1952, p. 544

²⁵ KAPLAN, 1985, p.351. No texto, Kaplan usa o termo *account*, que pode ser traduzido por *descrição*, *razão* ou ainda *explicação*. A tradução da *Encyclopaedia Britannica* (1952) usa *reason* e *rational account*. Resolvi então utilizar a tradução *razão*, mais próxima de um sentido não-proposicional do termo *account* que, creio, é fiel ao espírito do texto platônico.

jogo em Gettier. As propostas que Platão oferece como possíveis definições de “razão” estariam muito longe do que se esperaria de um filósofo que quisesse determinar a justificação adequada para a crença em uma determinada proposição ou o que é saber que uma proposição é verdadeira. Platão parece antes querer dizer o que significa conhecer um *objeto não-proposicional* como uma carroça (207a), isto é, o que é necessário para saber como identificar e saber o que é uma carroça.²⁶

O segundo texto platônico citado na nota final do artigo de Edmund Gettier é *Mênon* 98. O trecho é o que segue:

Sócrates: (...) Agora, eis uma ilustração da natureza das opiniões verdadeiras: enquanto elas permanecem conosco, elas são belas e frutíferas, mas elas fogem da alma humana e não habitam mais lá, e por isso não são de muito valor até que sejam atadas pela ligadura da causa; e essa amarra delas, amigo Mênon, é a recordação, como nós concordamos em chamá-la. Quando estão assim ligadas elas têm, em primeiro lugar, a natureza de conhecimento; e, em segundo lugar, elas são permanentes. E é por isso que o conhecimento é mais honroso e excelente que a opinião verdadeira, pois é ligado por uma cadeia.²⁷

Kaplan mais uma vez rejeita a pretensão de Gettier de que no trecho acima, Platão estivesse de alguma forma assumindo uma definição proposicional de conhecimento. Na verdade, argumenta Kaplan, o centro da questão é a noção de “recordação” que é invocada para explicar como alguém pode reconhecer e investigar a natureza de objetos abstratos como a virtude. Nesse caso, o conhecimento não seria nada além do que uma recordação de um saber acerca de objetos abstratos que se possui de forma inata e que é, por isso mesmo, estável.²⁸

Platão, de fato, não está tratando da verdade de uma proposição do tipo “S é P” e nem fornecendo critérios para se averiguar quando dela se pode obter conhecimento justificado. Dessa forma, parece que Kaplan está correto e nenhuma identificação entre a ideia de conhecimento como crença verdadeira justificada apresentada por Gettier e as “razões”, “explicações” ou “causas” aludidas por Platão pode ser feita. O máximo que se pode dizer é que Gettier faz, nas notas finais de seu artigo, uma tímida tentativa de estabelecer um vínculo histórico entre a visão do

²⁶ IDEM, 1985, p.352

²⁷ PLATÃO, 1952, p. 188

²⁸ KAPLAN, 1985, p.352

conhecimento que ele pretende questionar e a filosofia platônica, com o objetivo de ressaltar a importância de sua posição.

Catherine Lowy, por sua vez, defende que o conceito de justificação utilizado por Gettier é perfeitamente coerente e se refere precipuamente ao desempenho epistêmico do agente. Lowy ressalta o fato de que o sujeito S na situação concreta não tem todas as informações que tem o leitor de um exemplo de caso-Gettier. Para tornar mais clara a exposição, imagine-se o caso de um racista paranóico que acredita que seus vizinhos indianos deixam propositadamente o cheiro de *curry* se espalhar justamente para irritá-lo. A única evidência que ele tem para acreditar nisso é que os vizinhos indianos deixam suas janelas abertas enquanto cozinham usando *curry* e não faz nenhum esforço para descobrir se isso é realmente verdade.²⁹

O racista paranóico não estaria justificado em sua crença ainda que fosse verdade que os vizinhos estivessem realmente cozinhando com as janelas abertas para que o cheiro de *curry* chegasse até o seu vizinho. A razão que torna o racista paranóico injustificado em sua crença é o fato de que intuitivamente se sente que ele não se esforçou o suficiente para chegar à verdade. Ou seja, ele deliberadamente negligenciou seus deveres epistêmicos. Os agentes dos casos-Gettier, ao contrário, são sempre bons cumpridores de suas obrigações como amantes da verdade, mas são enganados por circunstâncias que estão além de seu conhecimento.

Lowy está parcialmente certa em sua interpretação. O que lhe falta é frisar, como visto em parágrafos acima, o lado do “observador” que é justamente aquele que atribui o conhecimento ao sujeito conhecedor nos casos-Gettier. Embora o sujeito S esteja “justificado” em crer em sua conclusão, ele não está justificado em crer em sua conclusão. De novo, dito de uma forma à Aristóteles, de um modo qualificado S sabe e de um modo não qualificado ele não sabe. A partir das informações de que dispõe e de seu desempenho epistemicamente responsável, S está justificado. A partir do que de fato acontece, S não está justificado.

Robert Fogelin esclarece os dois sentidos implicados nos casos-Gettier mostrando que há uma diferença entre possuir bases adequadas para a justificação de uma crença e a capacidade dessas mesmas bases para estabelecer a conclusão a que se chegou. O primeiro sentido de justificação implicado nos exemplos fornecidos por

²⁹ LOWY, 1978, p.107

Gettier em seu artigo original é aquele salientado por Catherine Lowy, a saber, a responsabilidade epistêmica impecável do sujeito S em recolher dados e tirar conclusões a partir de um método M confiável. Como Fogelin aponta, nos exemplos originais de Gettier, Smith usa métodos confiáveis para chegar às suas conclusões. Ele usa inferências indutivas e não métodos suspeitos como a consulta dos astros ou mesmo as entranhas dos pássaros.³⁰

Entretanto, o desempenho epistêmico inegavelmente responsável de Smith não é suficiente para que se possa atribuir a ele conhecimento de sua conclusão. Se Smith tivesse recorrido aos augúrios de um oráculo baseado na direção dos ventos, decerto não se atribuiria a ele conhecimento e não haveria um problema-Gettier. É justamente porque Smith usa um método confiável que o problema se coloca. O leitor e “observador” do relato das desventuras epistêmicas de Smith sabe que ele responsabilmente faz uso de um método confiável, mas sabe também que por um acaso infeliz, as bases que ele utiliza se tornam inadequadas para estabelecer sua conclusão.

O que aflige a inferência de Smith não é um erro, mas uma infelicidade que está além do seu conhecimento dos dados da situação concreta em que se encontra. O método tem um campo, por assim dizer, “ideal” de atuação no qual ele é confiável. Seu desempenho pode ser máximo ou mínimo dependendo do contexto em que esteja inserido. A infelicidade de Smith é que o contexto era desfavorável a seu empreendimento epistêmico. Um acaso totalmente imprevisível interferiu em seu método e o tornou ineficiente.

Uma coincidência não pode ser uma base adequada para estabelecer epistemologicamente uma conclusão, logo, a confiabilidade do método utilizado por Smith estava confutada. Como Fogelin salienta, a análise dos casos-Gettier revela que neles, a terceira condição para o conhecimento – a justificação – apresenta-se sob um duplo aspecto onde a responsabilidade epistêmica não é sempre suficiente para a confiabilidade das conclusões. Tomando-se a definição de conhecimento na qual se afirma que S conhece P se e somente se:

(I) P é verdadeiro,

³⁰ FOGELIN, 1994, p.18

(II) S crê que P é verdadeiro,

(III) S está justificado em crer que P é verdadeiro,

a exigência (III) de justificação pode então ser dividida em duas cláusulas:

(IIIp) S justificavelmente crê que P,

(IIIb) As bases de S estabelecem a verdade de P.³¹

A cláusula (IIIp) trata somente da performance ou responsabilidade epistêmica do sujeito S. Ela exige que os dados relevantes disponíveis numa situação de conhecimento sejam diligentemente recolhidos e analisados por S através de um método reconhecidamente válido e confiável. A cláusula (IIIb), por sua vez, exige que as bases que S usa para inferir que a proposição P é verdadeira sejam realmente adequadas para isso. Essas cláusulas, como aponta Fogelin, estão implicadas em todos os casos-Gettier, sejam aqueles do artigo original de 1963 ou os criados posteriormente por outros filósofos.

Sob uma perspectiva um tanto diferente, porém análoga, Alvin Plantinga ressalta que o que caracteriza os casos-Gettier são a inadvertida separação que se instala entre o bom desempenho cognitivo e a casualidade da conclusão correta. Tratando os casos-Gettier a partir de uma concepção de “funcionamento apropriado”³² das faculdades cognitivas, Plantinga explica que o resultado verdadeiro alcançado pelo sujeito S se deve ao mero acaso e não ao às virtudes dos processos cognitivos operando propriamente segundo seu “desenho” num ambiente adequado.

As concepções de Plantinga serão explicitadas no terceiro capítulo, mas aqui se pode adiantar que ele concebe a questão do conhecimento em termos de confiabilidade das faculdades cognitivas. Compostas entre outras coisas pelos sentidos, o testemunho e os métodos válidos de raciocínio, as faculdades de conhecimento humanas têm um “funcionamento próprio” que lhes concede sua confiabilidade. São confiáveis os aparelhos cognitivos que estejam trabalhando

³¹ FOGELIN, 1994, p. 19-20

³² O termo usado por Plantinga em inglês é *proper function*, que aqui optamos por traduzir como “funcionamento apropriado”. Cremos que essa tradução transmite melhor a ideia de um modo correto de desempenho de uma função determinada que é o cerne da concepção de Plantinga.

corretamente, ou seja, que não estejam sofrendo problemas de disfunções, e que estejam operando num ambiente adequado às exigências de seu *design*.

Com o fim de ilustrar a interpretação de Plantinga, considere-se o caso admitido no início deste subcapítulo, no qual um homem busca saber as horas e consulta um relógio eletrônico numa praça. O relógio marca meio-dia e o homem convence-se de que é meio-dia. Acrescente-se o fato de que o relógio está quebrado desde o dia anterior e que, no entanto, é realmente meio-dia. O homem tem crença verdadeira justificada, mas não se admite que tenha conhecimento. Qual o problema que se revela aqui?

Certamente, o homem não é irresponsável, pois ele consulta um relógio para saber as horas e não simplesmente tenta adivinhar com um palpite. Nem é o caso de que haja algo errado com suas faculdades de conhecimento. Seus olhos estão funcionando propriamente, sua capacidade cerebral está em perfeito estado, ele não está alucinando ou sob efeito de drogas. Nada indica qualquer problema no desempenho de seu aparelho cognitivo. Permanece a pergunta inicial sobre o que está errado neste cenário.

Segundo Plantinga, o erro não está nas faculdades. As funções trabalham *comme il faut*, mas o ambiente é inadequado.³³ A crença se forma num contexto onde a confiabilidade do aparelho cognitivo é baixa, não por um defeito seu, mas por uma circunstância adversa do ambiente. Para qualquer utensílio ou instrumento, há condições adequadas de funcionamento que são determinadas pelos objetivos para os quais são desenhados e que antevêm um conjunto determinado de situações-padrão. Fora desse espectro, a funcionalidade do instrumento, embora em perfeito estado, diminui até à inutilidade completa em casos extremos.

Considere-se um segundo caso no qual um sujeito S estuda matemática e conhece um renomado professor. Sem que S saiba, o professor acabou de sofrer um problema cerebral ocasionado por um câncer que o destituiu completamente de qualquer conhecimento matemático, mesmo o mais elementar. Ainda assim, ele é capaz de responder perguntas com um sim ou um não. Suponha-se que S procure o professor e lhe faça uma pergunta sobre matemática passível de ser respondida com

³³ PLANTINGA, 1993, p. 33

um sim ou um não. O professor responde “sim”, S acredita nele e a resposta, por acaso, é correta. Como todo caso Gettier, a pergunta é se S tem conhecimento.³⁴

Analizando o caso a partir das concepções de Plantinga, pode-se afirmar que nenhum problema atinge as faculdades de S e o método por ele adotado para saber a resposta de sua questão matemática é confiável. Se S sabe que o professor é um renomado conhecedor de matemática, nada mais justo e lógico do que consultá-lo em assuntos referentes à sua especialidade. O problema reside no ambiente, ou seja, o contexto torna ineficiente o método de S, pois o professor, este sim, sofre de um defeito em suas faculdades.

Sem que S saiba, o ambiente sobre o qual se debruça não dá condições ideais para o uso de seu aparelho cognitivo perfeitamente funcional. Mais uma vez, o erro não está em S, mas nas circunstâncias ambientais que lhe são totalmente ignoradas. Tudo funciona como deveria, mas o resultado é frustrado pelo contexto desfavorável às exigências do plano que governa o funcionamento das faculdades.

Atente-se agora para o exemplo de outro caso-Gettier apresentado por Plantinga, porém de autoria de Keith Lehrer. O sujeito S é um conhecedor experiente de ovelhas e, durante uma estada no campo, S distingue a alguma distância algo que lhe parece ser uma ovelha e, a partir disso, forma a crença de que há pelo menos uma ovelha naquele campo. De fato, há ovelhas naquele campo, mas estão fora do alcance da visão de S e o animal que S distinguiu como uma ovelha na verdade não é uma ovelha. Mais uma vez a questão é se S tem conhecimento ou não.

O problema reside não nas aptidões de S e nem estão em questão a confiabilidade ou o bom funcionamento das suas faculdades. O que está errado é que S obtém sua crença verdadeira justificada por mero *acidente*. Plantinga esclarece qual o peso implicado em se dizer que as conclusões são verdadeiras *por acidente*:

A ideia básica é suficientemente simples: claramente uma crença verdadeira é formada nesses casos, mas não como resultado do funcionamento apropriado dos módulos cognitivos governados pelas partes relevantes de seu *design*. As faculdades estão funcionando propriamente, mas ainda não há garantia; e a razão tem a ver com o ambiente cognitivo no qual a crença é formada.³⁵

³⁴ O caso em questão não é apresentado por Plantinga e nem é de sua autoria. Ele é uma criação minha. Todavia, sua interpretação segue as linhas-mestras do pensamento de Plantinga.

³⁵ PLANTINGA, 1993, p.33

A inferência não deve sua verdade aos méritos do método empregado ou do bom funcionamento de faculdades confiáveis, mas a um acaso feliz dentro de um ambiente que, de resto, tornaria mais provável o erro do que o acerto. Em tais condições adversas e inadequadas para o que determina desenho das faculdades, S deveria chegar a uma conclusão falsa e não a uma verdadeira. Mas uma coincidência o torna certo.

Independentemente da aceitação de certas implicações do conceito de *design* dessa interpretação, há traços importantes dos casos-Gettier revelados pela análise de Plantinga que são análogos àqueles apontados por Fogelin. Primeiramente, ambos ressaltam que o problema não está no sujeito conhecedor S, seja porque S é honesto e responsável epistemicamente, utilizando sempre métodos confiáveis e tirando deles as conclusões devidas, seja porque não há nada de errado com o funcionamento de suas faculdades cognitivas. S cumpre seu dever e seu aparelho cognitivo é sadio, funcionando como deve funcionar.³⁶

Em segundo lugar, ambos reconhecem que as inferências de S são válidas e que, no entanto, elas são verdadeiras não por virtude da eficiência dos métodos empregados ou pelo bom funcionamento das faculdades cognitivas, mas por um feliz acaso que, no entanto, não garante a confiabilidade da conclusão. Ao final, do ponto de vista do agente, nada há que esteja contra sua crença, todavia, do ponto de vista do “observador” que conhece o que realmente acontece, há um defeito fatal na justificação da crença. As bases usadas não estabelecem a verdade da conclusão, como afirma Fogelin.

O agente S tem a seu dispor um conjunto finito de informações das quais ele retira uma conclusão impecável em termos lógico-formais e que o permite achar-se justificado em sua crença. Seria interessante pensar um pouco mais o sentido de “permissão” implicado nesse caso. Ao que parece, “permissão” está intimamente ligado a “justificação”. A proposição “S está justificado em crer em P” pode ser recolocada em termos de “É permitido a S crer em P” ou “S tem permissão de crer

³⁶ Adiante será visto como as ideias de “responsabilidade epistêmica” e “funcionamento confiável” terão um papel preponderante na oposição que se instalará entre as correntes internalistas e externalistas na tentativa de solução do problema de Gettier.

em P”. O que “permite” S crer em P é a realização a contento de um procedimento padrão.

Se S fosse alguém às voltas com algum tipo de burocracia para a obtenção de algum benefício ou serviço, a observação de determinados trâmites previamente estabelecidos e publicamente divulgados seria o procedimento imprescindível, uma *conditio sine qua non*, para qualquer reivindicação de direitos. Após cumprir os trâmites burocráticos necessários, S estaria totalmente justificado em suas exigências em dois sentidos fundamentais: a sentir-se merecedor do benefício ou serviço postulado e, da perspectiva daquele que exige o cumprimento dos trâmites, a exigir seu benefício ou serviço.

O cumprimento de certas exigências burocráticas é uma condição necessária para a postulação de direitos ao serviço ou benefício oferecidos. Mas há diversos sentidos para “necessário”. Na definição usual, uma condição necessária é aquela sem a qual algo não se dá. Alguém pode estabelecer que é necessário tocar três vezes num livro antes de lê-lo. Isso pode se tornar um dever para quem o postula, mas a evidente arbitrariedade dessa exigência a tornará dispensável para qualquer outro agente. Em outros termos, ela é desnecessária.

Alguém pode estabelecer como norma que “antes de sair de casa é necessário desligar todos os aparelhos elétricos”. Se questionada sobre o motivo dessa exigência, a pessoa em questão provavelmente mencionará que descargas elétricas em aparelhos ligados podem causar incêndios. A precaução é uma medida necessária com relação a um evento possível diverso daquele da saída de casa. As únicas exigências estritamente necessárias para que alguém possa sair de casa são as de encaminhar-se à porta de saída, abri-la e cruzar seu umbral. Ninguém concebe que uma pessoa que se furta a desligar aparelhos elétricos estará, por causa disso, impedida de sair de casa. Nesse caso, o não cumprimento da exigência não acarreta a impossibilidade da realização de determinada ação.

Ora, algo pode ser “necessário” porque sem ele, aquilo que se almeja alcançar não se efetiva. Nesse caso, há uma clara relação teleológica do tipo “se S quer P deve realizar X e Y”. Retornando ao caso da burocracia, se S quer determinado benefício ou serviço, deve antes cumprir as exigências devidas. Mas essas exigências não são simples formalidades arbitrariamente escolhidas. Elas pretendem ser inerentes à

natureza mesma da coisa. Se S quer ter o benefício de uma aposentadoria, ele deve fornecer documentos que atestem sua contribuição previdenciária durante seus anos de vida ativa, seu tempo de trabalho e sua idade entre outras coisas.

Necessário não é aquilo arbitrariamente exigido, mas o que, refletindo a própria natureza da coisa almejada, torna possível sua realização. Evidentemente, diversos pontos das exigências burocráticas sofrem de certo grau de arbitrariedade. Na determinação do percentual de contribuição previdenciária estão incluídas concepções mais vagas acerca do conceito de justiça que vão além da matemática bruta. Mas quando um médico afirma que para ser saudável é necessário praticar exercícios físicos, ele pretende que essa exigência esteja ancorada na fisiologia própria do corpo.

É nesse último sentido que se instala a ideia de que S não está justificado em crer na sua conclusão. Embora tenha cumprido os trâmites exigidos e, sob seu ponto de vista, esteja no direito de crer que sabe, S não tem conhecimento porque algo no próprio procedimento falhou. O que torna a conclusão verdadeira não reflete a natureza da coisa pretendida, não está entre suas condições de validade. É o acaso, aquilo que nada explica, o responsável pela conclusão verdadeira. Assim, S tem a permissão de crer em P, mas o “observador” que conhece todos os fatos da situação onde S se encontra, não pode lhe conceder esse direito.

A partir dessas características aqui sublinhadas pode-se dizer que o problema de Gettier é um problema eminentemente teórico. Suas questões giram em torno da atribuição de conhecimento a um sujeito plenamente justificado pelo uso correto de métodos confiáveis em uma empresa cognitiva. Em termos pragmáticos, para todos os fins práticos, não há um problema de Gettier. Se o que importa é a eficiência e os resultados, o fato de uma coincidência gerar por vezes uma conclusão verdadeira, como acontece nos casos-Gettier, parece não poder produzir nenhuma grave consequência prática.

Uma vez que o acaso não nega a regra e os métodos continuam válidos num grau probabilístico aceitável para fins práticos, nada obsta que S continue a crer que tem conhecimento e que aja de acordo com essa pretensão. O relógio parado deu a hora certa e quem o consultou não se atrasou para o trabalho. O bom observador acertou quanto à presença de ovelhas no campo e quem buscou o professor de

matemática desmemoriado recebeu a resposta correta para sua questão. Nesses casos, tudo acontece como aconteceria se as bases fossem de fato adequadas. Nenhum prejuízo prático decorre da situação epistêmica anômala.

Ainda no âmbito dos usos práticos do conhecimento, ocorre nos casos-Gettier algo análogo ao que se dá quando premissas falsas geram conclusões verdadeiras. Evidentemente essas premissas não estabelecem adequadamente a conclusão verdadeira que se deriva delas e, de certa forma, está em ação aqui também o *acidente* e o acaso que geram o problema de Gettier. A ação apoiada nessas bases, entretanto, não será menos eficaz por causa disso. Prever um eclipse por meio de um sistema geocêntrico com órbitas circulares, epiciclos e excêntricos ou por meio de um sistema heliocêntrico de órbitas elípticas tem o mesmo valor prático.

Não se pode negar, no entanto, que em algum momento a teoria apoiada em premissas falsas pode esbarrar em consequências negativas e que por isso sua validade pode ser questionada e, provavelmente, seu campo de atuação restringido. Para muitos filósofos e teóricos são justamente as consequências negativas que derrubam as teorias e teses e que determinam sua substituição por outras melhores.³⁷ E esse fato dá oportunidade para aprofundar uma importante diferença entre os casos-Gettier originais e os casos criados posteriormente.

Retomando o primeiro dos casos originais apresentados por Gettier, é fácil imaginar qual seria a continuação da história proposta. Após reunir todas as evidências a seu dispor e chegar à conclusão de que Jones iria conseguir o emprego, Smith ouviria da boca do próprio presidente da empresa que ele e não Jones seria contratado. Em outras palavras, os fatos revelariam seu erro. Isso aconteceria porque Smith realmente se apoiou em uma proposição falsa - “Jones vai conseguir o emprego e Jones tem dez moedas no bolso” - para inferir a proposição “O homem que tem dez moedas no bolso vai conseguir o emprego” que se torna verdadeira por mero acidente.

Em termos lógicos sua conclusão “O homem que tem dez moedas no bolso vai conseguir o emprego” não seria refutada pelos fatos, pois ela é ampla e vaga o suficiente para se encaixar na situação apresentada, como bem mostrou Thalberg. O mesmo não pode ser dito da proposição da qual sua conclusão foi derivada, uma vez

³⁷ A título de ilustração, basta lembrar aqui a epistemologia de Karl Popper que supõe a falseabilidade empírica como critério de cientificidade e meio efetivo para a eliminação de teorias.

que ela entra em conflito diretamente com a realidade. De fato, Jones não foi o contratado pelo presidente da empresa.

De forma análoga, no segundo caso original de Gettier, Smith também se apóia numa proposição falsa – “Jones tem um Ford” – para inferir a disjunção “Ou Jones tem um Ford, ou Brown está em Barcelona”. Smith descobriria cedo ou tarde que Jones não tem um Ford e que somente a coincidência feliz de que Brown estava realmente em Barcelona tornou sua disjunção verdadeira. Uma vez mais, os fatos demonstrariam a falsidade da proposição da qual a conclusão foi inferida.

Como visto anteriormente, os casos-Gettier criados por outros filósofos após a publicação do artigo de 1963 tinham como objetivo escapar às críticas dirigidas aos casos originais que utilizavam premissas falsas. Esses novos exemplos traziam uma estrutura que não exigia inferência a partir de falsidades e acabaram por se tornar o tipo-padrão de caso-Gettier. A razão para essa mudança se encontrava no fato teórico de que se realmente se quisesse apresentar esses casos como contraexemplos ao conceito de conhecimento como crença verdadeira justificada, eles não poderiam exibir proposições falsas.

Da forma como são concebidos, os casos-Gettier modificados, ao contrário dos exemplos originais, não se expõem a uma eventual refutação de suas premissas. O agente S pode se dar conta de que não possui o conhecimento que pensava possuir porque fatos posteriores à formação de suas conclusões desmentem pelo menos uma de suas premissas. Nos casos-Gettier, por sua vez, não há erros inferenciais ou falsidades proposicionais para serem desmentidas por fatos posteriores. Há somente a possibilidade de que S em algum momento posterior venha a saber do acaso feliz que tornou a sua conclusão verdadeira e inválida sua alegação de conhecimento.

Há um aspecto aqui que deve ser ressaltado: um conjunto argumentativo formado de premissas falsas e/ou verdadeiras deriva uma conclusão verdadeira graças ao conteúdo objetivo das premissas, ou seja, por causa daquilo que cada uma delas afirma sobre determinado objeto. Mantendo-se o conteúdo e a forma lógica válida, mantêm-se as relações estabelecidas entre as premissas e, consequentemente, os resultados positivos. É por isso que, dentro de limites determinados, pode-se utilizar de forma pragmática uma teoria sabidamente errônea que deriva conclusões correspondentes aos fatos. Se as relações lógicas entre as premissas necessitam uma

conclusão veraz num tempo T1, mantidas as premissas, a mesma conclusão se manterá num tempo T2.

Nesse contexto, é o conteúdo de premissas errôneas que *per accidens* gera resultados concordantes com os fatos e que se repetem a cada nova aplicação a contextos semelhantes. A prática não será afetada pela falsidade das premissas até que suas consequências entrem em conflito com outros fatos, forçando a rejeição de toda a estrutura ou a sua restrição a um campo limitado de aplicação. Não obstante seu uso pragmaticamente viável, a estrutura sofrerá sempre da fragilidade teórica oriunda da falsidade de pelo menos uma de suas premissas, não constituindo conhecimento em nenhuma de suas aplicações futuras até que seus erros sejam corrigidos.

O caso-Gettier, por sua vez, se caracteriza por uma situação momentânea e fortuita que torna uma conclusão que seria verdadeira pela inferência do conteúdo de suas premissas verdadeiras um mero fruto do acaso que invalida a pretensão do agente ao conhecimento. Tal invalidação tampouco impede qualquer uso prático e, sendo fruto de um acidente que não provém da falsidade do conteúdo de suas premissas, não impede necessariamente uma avaliação teórica positiva numa aplicação posterior. Ou seja, as mesmas premissas, método e inferências podem ser utilizados pelo sujeito S num momento posterior sem que haja qualquer impedimento teórico ou lógico.

No que foi exposto acima, mostra-se novamente a “bifurcação epistêmica” que marca os casos-Gettier. Não são erros do sujeito conhecedor e nem falhas inferenciais ou metodológicas que impedem a atribuição de conhecimento, mas uma situação casual e imprevisível que torna as bases momentaneamente inadequadas. A mesma bifurcação vai determinar também a forma das tentativas de solução para o problema. Essas tentativas, em geral, caracterizam-se pela busca de uma quarta cláusula que, junto com as outras cláusulas tradicionais de crença, verdade e justificação, impeça o surgimento dos casos-Gettier e possa figurar como condição necessária e suficiente para o conhecimento.

A quarta cláusula é pensada de duas formas basicamente: como um recurso acessível ao sujeito conhecedor ou como condições externas totalmente independentes desse sujeito. Na primeira modalidade, chamada comumente de

internalismo, as condições que vão justificar a crença verdadeira de S devem estar a seu alcance e tudo o que S deve fazer é observá-las. O internalismo enfatiza o diligente desempenho epistêmico do sujeito que, numa situação concreta e com as informações que possui, recolhe os dados, usa os melhores métodos e infere conclusões logicamente válidas. Se o conhecedor S é responsável em sua empresa cognitiva e possui uma crença verdadeira, ainda que esta seja fruto de um acidente, como nos casos-Gettier, não haverá porque não atribuir-lhe conhecimento.

A segunda modalidade tenta resolver o problema de Gettier por uma remissão a condições ideais que determinariam a justificação de uma crença verdadeira. Nesse caso, o que vai justificar ou não a pretensão de S ao conhecimento é uma série de condições externas, comumente inacessíveis à consciência de S, e que se caracterizam por criar uma espécie de “zona segura” para a atividade cognitiva. As soluções externalistas tendem a enfatizar a confiabilidade dos métodos e das faculdades cognitivas em um ambiente propício para seu uso. Há conhecimento nos casos em que S tem uma crença verdadeira fruto de faculdades confiáveis funcionando num ambiente favorável. A situação descrita impede qualquer possibilidade de uma crença verdadeira justificada ser fruto de um acaso.

Não é difícil perceber que essas soluções reproduzem a “bifurcação epistêmica” típica dos casos-Gettier que opõe os aspectos “subjetivos” da pretensão ao conhecimento (como a impecável responsabilidade cognitiva) às condições externas inacessíveis ao sujeito que determinam o que realmente acontece. Enquanto o internalismo toma partido do sujeito que fez tudo o que se poderia exigir dele com as informações disponíveis em sua situação concreta, o externalismo enfatiza o lado do “observador”, aquele que vê a responsabilidade do agente, mas sabe que as bases utilizadas são inadequadas para se estabelecer a conclusão. Embora correta para a maior parte dos casos, essa divisão entre teorias internalistas e teorias externalistas é desafiada por algumas tentativas que propõem soluções que combinam medidas dessas duas tendências teóricas. Uma avaliação mais completa dessas alternativas será realizada no terceiro capítulo.

A intensa produção de artigos que se seguiu à publicação do texto original de 1963 propondo alternativas à análise tradicional do conhecimento testemunha a favor da importância do problema levantado por Gettier. Nesse processo, não tardou para

que diversos autores começassem a apontar para o potencial cético do problema. Se realmente crença verdadeira justificada não é suficiente para o conhecimento, então talvez saibamos muito menos do que achamos que sabemos, ou melhor, do que achávamos estar justificados em acreditar que sabíamos.

Antes se sabia que qualquer um poderia cometer um erro e que seus raciocínios poderiam estar eivados de premissas falsas que, por virtude de seu conteúdo, permitiam a derivação lógica de conclusões verdadeiras. A verdade por pura sorte é a nova ameaça ao conhecimento que os casos-Gettier adicionam àquela já conhecida da falsidade das premissas. O perigo agora habita naquilo que, por definição, é imprevisível, aleatório e sem lei: o acaso. Quais medidas poderiam proteger dessa ameaça o empreendedor cognitivo nas situações concretas da vida?

Aos poucos, autores tão diferentes em suas posições como Alvin Plantinga, Robert Nozick, Richard Kirkham e Robert Fogelin, entre outros, começaram a tratar o problema de Gettier, se não como um problema propriamente cético, ao menos como um problema de sérias consequências céticas. Para esses filósofos, mais explicitamente em alguns do que em outros, a admissão final da incapacidade das diversas alternativas propostas (sejam internalistas, externalistas ou propostas combinadas) de resolver adequadamente o desafio dos casos-Gettier seria, ao mesmo tempo, uma admissão de que não há conhecimento de nenhum gênero.

Não obstante, ao mesmo tempo em que essa ameaça cética é sentida e expressa, há uma acentuada indefinição acerca de que ceticismo se seguiria afinal da falha na resolução do problema de Gettier. Excetuando-se Robert Fogelin, que não só define o que entende por ceticismo como também assume o epíteto de “pirrônico”, todos os outros autores apontam para o perigo cético, mas restam obscuros acerca da natureza desse perigo. Portanto, para qualquer um que almeje avaliar se o problema de Gettier conduz ou não ao ceticismo, apresenta-se como necessário, em primeiro lugar, definir com a maior acuidade possível qual o conceito adequado de ceticismo.

É a essa tarefa que será dedicado o segundo capítulo desta tese. Nele se buscará, através de um estudo das expressões históricas mais originárias do ceticismo ainda no mundo helenístico e de seus desenvolvimentos modernos e contemporâneos, delinear um conceito de ceticismo que reúna e faça jus às suas notas mais características e essenciais. Concomitantemente, a análise deve responder

à pergunta sobre a possibilidade de uma filosofia cética em oposição a um mero “estado cético”, entendido como um momento, indispensável, mas passageiro, do ofício filosófico.